

- **Autora** Hustana Maria Vargas
- **Orientadora:** Zaia Brandão
- **Título obtido:** Doutorado
- **Título da tese** - Represando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior
- **Data de finalização:** 28 de maio de 2008
- **Data de ingresso no curso:** março de 2004
- **Resumo sucinto:** Este trabalho examina a recente expansão do ensino superior com foco numa eventual democratização, ou seja, processo onde se possa perceber um recrutamento de alunos mais independente de sua origem social e com qualidade acadêmica. O caráter desigual da sociedade brasileira, traduzido neste caso pela forte correlação entre a carreira escolhida pelo estudante e sua origem social, em meio a uma forte hierarquia de carreiras e de prestígio das instituições, representa o principal obstáculo ao processo, impondo um recorte por carreiras nesse estudo, que foi realizado através dos Microdados do Provão para os anos de 2000 a 2003, sobre os cursos de Biologia, Direito, Engenharia, Letras, Matemática e Medicina no Estado do Rio de Janeiro. Identifica o perfil socioeconômico dos alunos e os resultados obtidos no Provão, averiguando sua distribuição geral e segundo a categoria administrativa, a organização acadêmica e a localização dos cursos. Finalmente, propõe um indicador de democratização do ensino superior com vistas a contribuir para o balizamento da política educacional na continuidade da expansão que, segundo os achados, deve ser acompanhada de perto para que não se esgote no aumento do contingente de estudantes no ensino superior, frustrando a meta democrática.

APRESENTAÇÃO

A partir do final dos anos 90, verifica-se uma expansão no ensino superior do Brasil. Essa tendência continua, e é encampada como meta governamental através do Plano Nacional de Educação (PNE), que objetiva alcançar 30% de jovens em idade compatível no ensino superior até 2011¹. No entanto, seu ritmo vem declinando a partir de 2003, o que motivou o governo a criar novas universidades públicas e multiplicar *campi* de antigas

¹ Contando com 10% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, o Brasil é, segundo Martin Trow (2004), um país com um sistema de elite. Considera como de massa o sistema que atinge entre 15% e 33,3% de escolarização líquida, e universal o sistema que ultrapassa os 33,3%.

universidades, elaborar o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), ofertar bolsas em instituições particulares (PROUNI), ampliar o FIES (Programa de Financiamento Estudantil), preconizar uma política de cotas² e incentivar novas modalidades de graduação, através dos modelos tecnológico e à distância.

A baixa cobertura do ensino superior no país revela uma faceta da desigualdade social que o governo está constitucionalmente compelido a combater, especialmente quando sabemos que os ganhos econômicos, sociais e simbólicos para o portador de diploma do ensino superior são muito destacados, impactando fortemente a dinâmica da mobilidade social. Para tanto, invoca o conceito de **democratização do ensino** como sustentáculo da atual política educacional. Em sua acepção sociológica, o conceito indica um recrutamento de alunos mais independente de sua origem social e com qualidade acadêmica (Silva, 2003)³.

Essa questão abriga grande complexidade no caso brasileiro, devido à forte hierarquia interna de carreiras e a uma acirrada disputa pela qualidade acadêmica no campo. No primeiro caso, verificamos expressiva correlação entre a carreira escolhida pelos estudantes e sua origem social. No segundo, uma disputa pela hegemonia acadêmica entre instituições, acentuada desde a publicação dos resultados do Provão a partir de 1996. Essa disputa abriga polarizações internas, opondo categoria administrativa (público e privado), organização pedagógica (universitário e não universitário) e o local da oferta (capital e interior), esta última oposição configurando uma discussão sobre a validade acadêmica da interiorização do ensino superior. Sabendo-se que esta interiorização, sua expressiva oferta no turno da noite, em instituições privadas e não universitárias - representa a característica majoritária do ensino superior na atualidade -, utilizamos esta chave para avaliar o processo de democratização também no interior daqueles pares.

² REUNI pelo decreto nº 6.096/2007, PROUNI pela lei 11096/2005, FIES pela lei 11552/2007 e cotas pelo projeto de lei 73/1999, em apreciação no Congresso Nacional.

³ SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Assim, este trabalho examina a expansão recente do ensino superior na perspectiva da democratização em seis graduações: Biologia, Direito, Engenharia, Letras, Matemática e Medicina, representando carreiras de alto e baixo prestígio social, no Estado do Rio de Janeiro. O estudo foi realizado através dos Microdados do Provão para os anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, anos em que estes cursos realizaram simultaneamente aquele exame, provendo um banco de dados coerente sociologicamente. O Provão é realizado por todos os formandos das respectivas graduações, em conjunto com a aplicação de um extenso questionário socioeconômico.

Desenvolvemos nossa pesquisa em dois momentos, respeitando em cada um deles os elementos da lógica da democratização. No primeiro, tratamos em separado dos elementos composição social e qualidade acadêmica dentro dos cursos selecionados. Indagamos: como se comportam os indicadores socioeconômicos e acadêmicos dos alunos nestes anos? Há inclusão de estudantes com perfil socioeconômico inferior? Como isso se dá nas diferentes carreiras? E no interior das oposições destacadas? Quanto ao resultado acadêmico, como ficou distribuído, no mesmo quadro?

No segundo momento articulamos aqueles elementos, investigando em quais instituições e cursos encontraríamos atendida a integralidade do conceito de democratização, tendo em vista que poderíamos encontrar instituições que: a) tivessem bom conceito acadêmico, mas com ingresso sobretudo de estratos elevados da população, revelando alta correlação entre origem social e a graduação realizada, e b) instituições pródigas em inclusão socioeconômica⁴ mas limítrofes em qualidade acadêmica. Em ambos os casos, teriam sua democratização restringida. Assim, propusemos um **indicador que ajustasse esses dois pólos**, sugerindo o **grau de democratização** dos cursos.

Parecem-nos escassos estudos com esta orientação, o que justificaria o esforço da pesquisa. O exame dessa situação nos últimos anos poderia ser útil para acompanhar os rumos que a expansão do ensino superior tem tomado, a fim de orientar os próximos passos em direção ao cumprimento de um PNE que se pretende democrático.

⁴ Referida à entrada de perfis com características socioeconômicas menos elitizadas.

RESULTADOS

1a – Aspectos socioeconômicos dos cursos selecionados

Selecionamos, do questionário socioeconômico do Provão, alguns indicadores que a literatura mais frequentemente aponta como vantajosos no processo de escolarização: cor, titulação dos pais, renda, situação de trabalho, origem do ensino médio e estado civil (Foracchi, 1997, Martins, 2006, Schwartzman, 2000)⁵. Observamos como estes indicadores se caracterizavam entre os graduandos das carreiras selecionadas no período, e encontramos um percentual de brancos, solteiros, renda familiar, escolaridade dos pais, egressos do ensino médio privado e não trabalhadores acima da média nacional. O exame do comportamento destes indicadores passou, então, a balizar o estudo.

Desde os primeiros exercícios materializou-se, através de gráficos de barras, uma realidade de oposição entre **dois grupos** estanques de cursos, separados pela fronteira da linha “Geral”, que reflete a média de todos os cursos que fizeram o Provão naquele ano⁶. Medicina, Engenharia e Direito se agrupam de um lado, Biologia, Letras e Matemática de outro. O primeiro grupo, de maior prestígio, concentra maiores percentuais de estudantes com os indicadores destacados em todos os itens e em todos os anos. Pôde-se verificar, assim, que os nomeados cursos imperiais (Coelho, 1999; Barbosa, 2004⁷) mantêm a majestade. Num segundo momento, através de gráficos de linhas, examinamos o comportamento de cada um dos indicadores ao longo da série histórica, em cada uma das carreiras selecionadas. A diminuição destes indicadores indicaria uma tendência de inclusão socioeconômica. O que encontramos? Inicialmente, o mesmo padrão de isolamento dos cursos em dois grupos, separados pela linha Geral. Em segundo lugar, um

⁵FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 1001-1020, out. 2006; SCHWARTZMAN, Simon. **A revolução silenciosa do ensino superior**. 2000. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/nupes2000.pdf>. Acesso em 23 jan. 2007.

⁶Em 2000 a categoria “Geral” reunia os seguintes cursos: Administração, Agronomia, **Biologia**, Comunicação Social, **Direito**, Economia, **Engenharias**, Física, **Letras**, **Matemática**, **Medicina**, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Química. Em 2001, todos estes mais Farmácia e Pedagogia. Em 2002, a estes foram acrescidos Arquitetura, Ciências Contábeis, Enfermagem e História. E em 2003, os anteriores mais Fonoaudiologia e Geografia.

⁷ COELHO, Edmundo. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999; BARBOSA, Maria Lúcia de Oliveira. As profissões no Brasil e sua sociologia. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003.

padrão de estabilidade ao longo dos anos em todos os indicadores, não refletindo, portanto, em inclusão expressiva de perfis populacionais menos elitizados.

Nesse sentido, salientamos que - dada a natureza quase estamental⁸ do perfil dos alunos das carreiras de maior e menor prestígio social em nosso país -, se o maior efeito da política de expansão for averiguado na multiplicação das vagas de cursos desprestigiados, continuaremos presenciando apenas uma aparência de democratização. Talvez possamos assimilar este movimento ao fenômeno descrito por Bourdieu como “excluídos do interior”, uma modalidade de seleção altamente eufemística, pois exclui de modo suave e sem traumas aparentes: ao mesmo tempo que inclui, pois alarga o acesso; exclui, pois no seu interior produz um processo de re-hierarquização de carreiras (Bourdieu, 2002)⁹.

Por fim, examinando o fenômeno dentro das disjuntivas, verificamos maior concentração de perfil de elite entre graduandos do setor público, universitário e da capital.

1b – Aspectos acadêmicos dos cursos selecionados

Destacamos instituições que tiraram A, B e C¹⁰ nos Provões entre 2000 e 2003 no Estado do Rio de Janeiro a fim de discutir como estes conceitos se distribuíam entre os cursos e segundo os pólos destacados. Os dados apontaram a predominância de melhores resultados no setor público, universitário e da capital, setores onde se concentravam parcelas mais elitizadas dos estudantes.

Alguns cursos eram novos, tendo realizado o Provão apenas nos últimos anos da série, e foram examinados à parte. Neste caso, observamos maior equilíbrio nos resultados entre os setores público e privado, universitário e não universitário, capital e interior. Supomos que o sucesso destes cursos, ofertados majoritariamente no interior, esteja correlacionado à presença de instituições mais jovens, que talvez tenham forjado sua qualidade acadêmica nas novas exigências do MEC em relação às IES de um lado, e de outro ao fato de que, por serem novidade na região, possivelmente atraíam um público mais qualificado, que representava uma demanda latente pelo ensino superior. Pudemos

⁸Como na fala de uma aluna de um curso Normal Superior: “no Brasil é assim: tem ‘curso de rico pra continuar rico’ e ‘curso de pobre pra continuar pobre’”.

⁹ BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹⁰ A, B, C, D e E são os conceitos do Provão. A, B e C representam conceitos na média e superiores.

observar, inclusive, que comparando-se o desempenho acadêmico de cursos oferecidos pela **mesma instituição** no interior e na capital, os primeiros foram melhor sucedidos.

2 – Instituições e cursos segundo um indicador de democratização do ensino superior - IDES

A fim de elaborar um indicador de democratização, atribuímos conceitos à medida de inclusão socioeconômica que pudessem dialogar com o conceito acadêmico do Provão. Para tanto, adotamos a mesma metodologia deste Exame, que destaca as médias das carreiras e seus desvios-padrão, para finalmente atribuir a nota da instituição. No nosso caso, encontramos a média da proporção de graduandos menos elitizados¹¹ de cada carreira no Estado do Rio de Janeiro e seu desvio padrão. Em seguida, verificamos o percentual de alunos menos elitizado em cada curso¹² analisado e aplicamos o desvio padrão. Pelo sistema de postos (Soares, Ribeiro e Castro, 2001)¹³, atribuímos valores aos conceitos. Maior nota obtiveram os cursos com maior proporção de graduandos não elitizados.

Nosso indicador de democratização do ensino superior correspondeu à soma destes dois conceitos: inclusão socioeconômica e acadêmico¹⁴. Para a elaboração deste indicador, utilizamos apenas os dados de 2003, numa perspectiva sincrônica. Nenhum curso auferiu nota 10 no indicador de democratização, em oposição a muitas notas máximas obtidas no Provão. Identificamos apenas uma nota 9 e oito notas 8, em 131 cursos pesquisados. Tipicamente, a notas altas no Provão correspondeu perda de pontos no indicador de inclusão socioeconômica e vice-versa, equilibrando a performance dos cursos. Também entre os cursos novos, nenhum atingiu pontuação máxima no IDES, cujo resultado é igualmente pior em relação ao resultado do Provão. Todavia, da mesma forma que no comparativo acadêmico dos novos cursos no Provão, verificamos quanto a este indicador uma melhor performance.

Analisando a distribuição do IDES nas disjuntivas, predominou a presença dos setores privado, não universitário e interior tanto nos cursos antigos quanto nos novos. Em

¹¹ Menos elitizado: aluno que incidisse em menor quantidade de variáveis socioeconômicas.

¹² A unidade de análise, nesse caso, é **curso**: uma carreira ofertada por uma instituição em determinado local.

¹³ SOARES, José Francisco, RIBEIRO, Leandro Molhano e CASTRO, Cláudio de Moura. Valor Agregado de Instituições de Ensino Superior em Minas Gerais para os Cursos de Direito, Administração e Engenharia Civil. In: **Dados** v. 44 n.2 Rio de Janeiro 2001.

¹⁴ Assim como no critério acadêmico, nosso filtro de democratização socioeconômica reteve apenas cursos que ficaram na média e acima. Como soma dos dois indicadores, a pontuação no IDES variou entre 6 e 10.

última análise, a situação de maior equilíbrio encontrada nas oposições, sugere que o empenho de democratização do ensino superior deve se apoiar na participação de todos esses setores, que ao que tudo indica, são complementares.

Encaminhamos nosso olhar, por último, para averiguar a performance das instituições estudadas perante nosso indicador de democratização. Destacamos duas instituições melhor posicionadas: a Universidade Católica de Petrópolis e a Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, instituições privadas comunitárias. Salientemos que a perspectiva sincrônica deste indicador sugere aprofundamento nos estudos. Esse esforço se faz tão mais pertinente quanto instituições e cursos não tradicionais despontaram perante o indicador de democratização. Seria importante, então, indagarmos: a boa pontuação do curso perante o indicador se sustenta no tempo? O que teríamos a aprender com eles, mediante a busca de consolidação do processo de democratização do ensino superior em nosso país?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos hoje um momento de inflexão no ensino superior. Se por um lado os resultados da onda da expansão dos anos 90 não atestaram uma inclinação democratizante, relembremos que o mesmo não ocorreu com cursos mais recentes. Entretanto, como o ritmo da expansão vem declinando, torna-se imprescindível uma atuação firme no sentido de induzir não só o ingresso como principalmente a permanência de novos perfis socioeconômicos, sem o que sequer a meta quantitativa de expansão do ensino superior será alcançada. Ademais, a fim de prover uma inclusão efetivamente democrática no sentido que aqui trabalhamos, deve-se cuidar para que o maior resultado do esforço governamental não consista tão somente na expansão de vagas em cursos de baixo prestígio social ou sem qualidade acadêmica. Para a aferição desta qualidade, reforçamos a importância da manutenção de processos de avaliação de cursos superiores.

Finalmente, pelo que os dados revelaram, negligenciar qualquer destes pontos representa um risco efetivo de que a educação superior não se alinhe aos esforços de minoração da desigualdade social em nosso país.